

TEXTO 4

O PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS, AS DIFERENTES LUTAS QUE MARCAM OS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO E O FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA ENQUANTO NÚCLEO: POR UMA RECONSTRUÇÃO CONCEITUAL E DA PRÁXIS NA DIREÇÃO DO PROTAGONISMO

“ A palavra Ser aparece (...) em dois sentidos a um tempo contraditórios e inseparáveis: o ser abstrato, vazio, indeterminado; e o Ser rico em determinações, desenvolvido” (Lefebvre, 1995, p.178).

A capacidade de atuar nos torna seres políticos e atores sociais. A atuação individual e coletiva acontece quase sempre no imprevisto provocada por questões urgentes que temos a proeza de desmembrar de outras tantas que marcam a história de várias gerações excluídas. Nesse cenário, é necessário olhar para as entrelinhas e pano de fundo dos fatos e acontecimentos capturando o nascedouro das questões ameaçadoras da cidadania.

No universo de avanços e desafios é preciso reconhecer as conexões das consequências com as causas e estabelecer uma comunicação junto aos usuários que promova tomada de consciência e capacidade crítica propositiva alavancando os movimentos coletivos e as lutas sociais. Essa elaboração por consequência trará o protagonismo como resultado e, diferenciadamente, os segmentos que compõem a família ao protagonizarem sua história conseguirão reconhecer com mais clareza o que os aproximam e os afastam.

A história mostra que esse percurso pode transformar a vida das pessoas tornando-as mais comprometidas com os resultados que gerem impacto sobre a realidade adversa. A história revela também, que todas as conquistas resultaram de lutas coletivas e que essas foram impulsionadas pelo pertencimento e a adesão. Mesmo com campos divergentes no conjunto de princípios, ao perceber necessidades comuns, homens e mulheres se uniram por objetivos a serem alcançados firmando assim alianças, mesmo que momentâneas. Esses movimentos, na maioria das vezes, aproximaram mais as pessoas permitindo a construção de identidade coletiva e, muitas vezes, o redirecionamento das desigualdades construída pela estrutura competitiva do capitalismo selvagem.

(...) a autonomia tornou-se um argumento neoliberal, o qual pretende desfazer da condição de sujeitos dependentes da assistência, para que exerçam autonomia, sendo, na realidade, a “ocupação remunerada de mão de obra, para que o beneficiário se transforme em provedor de sua própria proteção” (Sposati 2013, p.657).

No módulo 1 ficou evidente que o modelo brasileiro de proteção social não partiu do reconhecimento universal enquanto direito de todos os trabalhadores, sua lógica seletiva foi incluindo paulatinamente segmentos da força de trabalho ativa. A luta dos trabalhadores recebeu um tratamento diferenciado, discriminatório e enfraquecedor. No conjunto de reivindicações trabalhistas foram consideradas apenas as que pertenciam aos trabalhadores reconhecidos formalmente. Apenas as funções definidas como importante para o sistema foram consideradas como trabalho. E assim seguimos lutando pelo reconhecimento do “ser produtor” e da importância que cada produção merece no suprimento de necessidades humanas.

A análise sobre os rumos da proteção social brasileira possibilita identificar incompletudes cuja superação vem sendo contínua pauta de lutas sociais e sindicais. O ritmo de superação do esvaziamento das lutas promovido pelo sistema nesse processo, está para a incompletudes que podem alcançar medidas, a exemplo da atual inclusão do trabalho doméstico nos direitos trabalhistas, as necessidades e características da sociedade já reclamam por outro modelo protetivo face, por exemplo, às alterações demográficas e a amplitude que segue ganhado a terceira idade. Mas outros elementos pairam sobre o tempo, as questões de gênero por exemplo. Homens e mulheres continuam em posições de disputa pelo reconhecimento de direitos. As diferenças se transformam em desigualdades e violência e assim não atingimos a essência das discussões para a formação da sociedade mais justa e igualitária.

O desafio de garantir conquistas sociais, não se restringe a partes isoladas de necessidades de quase todos. A defesa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, traz no seu contexto outras defesas fundamentais que passa pela evolução do pensamento e a percepção de como o opressor nos torna um deles. No Sistema capitalista, a alienação, portanto, é o grande trunfo do explorador, e esta, por sua vez, vem sendo financiada e alimentada pelos explorados e oprimidos sob a regência de profissionais formados para discriminar, julgar, dividir e enfraquecer a luta social.

No módulo 2 deste curso as questões giraram em torno do reconhecimento do usuário da assistência social e da necessidade dessa Política Social ser financiada com recursos públicos. Os que contribuíram para a elaboração do texto de referência para o módulo, frutos de pesquisas e estudos sobre as manifestações da população brasileira frente as posições do Estado, dito de direitos, revelam o fracionamento das lutas e a fragmentação histórica justificada pelo tamanho do país, pelas questões regionais, pela condição da colonização, pelas questões de gênero, pelas vicissitudes que nos fazem acreditar no acaso. No módulo 3 nos deparamos com marcos legais que “fortalecem”

Atente para:

É possível ter autonomia sem ter conhecimento?

No Brasil, todos, igualmente, têm acesso as informações relacionadas a vida de todos?

Quais as justificativas para a manutenção da “censura” junto aos usuários?

Quais os caminhos para democratizar a informação?

Por que viver um “script” escrito para a manutenção das desigualdades e protagonizar essa história sem questionar o roteiro?

Como protagonizar uma história com final determinado para o fracasso?

Há relação entre ética e práxis?

a participação, mas ao mesmo tempo torna a meritocracia elemento central das justificativas pelo insucesso dessa participação. Planejamos um resultado e investimos em outro! Percebe-se que os modelos de gestão espalhados pelo Brasil ainda refletem a autocracia que marca a diferença entre a Assistência Social da Ação Social descontínua e sem parâmetros que fortaleça a cidadania. Portanto, chegamos no módulo 4 com velhos questionamentos ancorados numa história que ainda não conseguimos protagonizar. Mas insistimos sobre a necessidade de alcançarmos a autonomia nesse contexto. É importante refletir:

A autonomia é aceitar no outro o que não entendemos, permitir sua participação nas suas próprias condições. Implica na capacidade dos sujeitos em criar e ampliar as suas vinculações, ter respeito mútuo, implicando em uma prática especial de troca. Governar a si próprios, sem imposições, decidir que atitudes tomar (LOPES, 2008).

Apesar dos avanços reconhecidos no processo de construção da Política de Assistência Social, do conjunto de direitos humanos pautados no princípio da equidade e de modelos de cogestão de coletivos para reforçar a democracia participativa, ainda há características de descontinuidade, não integralidade, fracionamento, não igualdade de acesso e de reconhecimento que vem firmando uma identidade da proteção social avessa a luta por justiça social. Os marcos legais não dão conta da metodologia para a sustentação das transformações. A ética tem sido reduzida ao campo da moral e, os órgãos de controle social se estabelecem no campo da eficiência buscando conferir as metas quantitativas sob a lógica do acesso e ponto final. Essa visão estreita

**Atendemos as demandas?
Julgamos as necessidades?
Aprovamos comportamentos?
Justificamos a estética em detrimento a ética?
Reproduzimos o Sistema para o Estado opressor?**

O que pensamos, falamos e fazemos está ou não na contramão da história da Assistência Social enquanto direito de cidadania?

não alcança os resultados e, mais uma vez, acomoda a descontinuidade da Política reduzindo-a a ação social carregada de meritocracia, estimulando que princípios como da distinção, da competição, do individualismo, invadam e se apropriem da proteção social. Nesse contexto de irresponsabilidade social, práticas ditas de assistência social submetem valores de solidariedade firmados no reconhecimento horizontal de igualdade, em individualismo e fragmentação.

É preciso elaborar com os mais interessados (os usuários) os resultados e as consequências da Assistência Social, registrando que a autonomia e o protagonismo encontrará espaço na contra hegemonia, dessa árdua luta pelos direitos humanos num Sistema onde a ordem é explorar o Ser.

Ao contemplar a territorialidade no seu texto, a Política de Assistência Social considera uma importante estratégia para a atuação das equipes: o estabelecimento de vínculos. Nessa perspectiva temos alguns atenuantes importantes para analisar resultados que distanciam o pensado do vivido: grande parte dos profissionais que atuam na Assistência Social são mulheres. A empatia de gênero

tem possibilitado, nos territórios a construção de estratégias mais direcionadas as lutas por equidade de gênero e respeito as diferenças?

Nos territórios a vida real, muitas vezes, é blindada pelos serviços que selecionam o que é mais urgente sob a ótica da “proteção social”. É comum encontrarmos sentimento de fracasso por não conseguir implementar o projetado para o outro como equilibrar o mais urgente com o que é mais importante? Qual o caminho para alcançar a lógica do usuário senão for na comunicação para a formação crítica? Quem, nos territórios, pode contribuir para a formação crítica? Qual o Projeto Intersetorial que o protagonismo exige?

É importante destacar para enriquecer e aprofundar o conjunto de reflexões e questionamentos, que, nesse modo de ver e agir, o Estado (dito de direitos) não assume plenamente as atenções sociais. Na maioria das vezes, somente passa meios, em geral insuficientes, para as organizações sociais operarem como se fosse da iniciativa da sociedade e não do Estado tal atenção e proteção social. Nesses casos não há o trânsito do serviço pela esfera pública, assim, fica evidente que para o Estado não passa de mera ação descontínua e sem parâmetro para o acesso e o acompanhamento sobre o atendimento das necessidades diagnosticadas. Pode atender um, e não atender a outro, ou outra. Não há responsabilidades ou obrigações claras com todos. Acompanhando essa lógica ainda vessa a luta, agentes institucionais, se habituaram a não enxergar amplamente as necessidades saindo do campo das consequências para o campo das causas coletivas, uma vez que predomina o trabalho caso a caso, grupo a grupo, entidade a entidade, sem compromisso de direito com todos os cidadãos que estão no campo comum resguardando, nesse estudo, as diferenças sem estimular as desigualdades.

O exercício da produção coletiva, de fato, fará a diferença! Está em pauta para as práticas de assistência social, a necessidade de indicadores de percurso construídos junto aos usuários sob a ótica da produção de cidadania, a partir das necessidades estruturadoras de uma nova história compreendida por seus protagonistas. Isso exige o construir-se e o desconstruir-se das coisas.

A atuação dos atores que estão no território deve caminhar no sentido lógico da inclusão. Mas numa lógica mais distante da que impõe o Sistema capitalista. A elaboração coletiva desde o diagnóstico precisa responder não ao determinismo e sim a possibilidade de atuação intersetorial e a formação continuada e vivência de todos envolvidos direta e indiretamente com a implementação da Política de Assistência Social nos territórios. Nessa perspectiva os Planos Municipais devem ser elaborados, construídos, implementados e avaliados a partir do acompanhamento sobre os resultados nas diferentes etapas do processo. Por sua vez, os Planos devem ser disseminados com desdobramentos para o planejamento operacional num movimento de gestão que valorize a avaliação in lócus dos usuários e parceiros, sobretudo, com o olhar do controle social.

Mas como considerando as especificidades das famílias e de cada coletivo organizada no território, o que priorizar? Por onde começar?

A Rede socioassistencial citada nos marcos legais que regem a Assistência Social reconhece a potencialidade instalada na garantia de sobrevivência das populações. Essa Rede apresenta possibilidades, mas ao mesmo tempo, revela fragilidades, sobretudo no campo de concepção, muitas delas ainda presas ao modelo autocrático de gerir e a visão sobre a pobreza valorizando-a e

considerando-a como algo intransponível, em detrimento ao reconhecimento do Ser que sofre essa situação criada e alimentada politicamente por séculos.

Para alcançar a avaliação é preciso ser considerada a teoria sistêmica que traz a complementaridade das diversas áreas específicas e dos diversos saberes na direção do processo de inclusão com tomada de consciência sobre a força da mobilização social para a garantia das conquistas. A metodologia de trabalho em Rede, por exemplo, sugere o método da rosa, do círculo que traz a relação dialética entre o Pensar e o Agir, entre o homem e o mundo e entre as criaturas em geral. Ou seja, uma. Um produzindo outro e sendo produzido por outros que por sua vez.... Uma coprodução de coletivos interligada e interligando intenções e desejos. “(...) o homem transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais” (Gramsci, 1978, p. 43).

Campos, no seu livro “Um Método para Análise e cogestão de coletivos (2000), cita Lefebvre (1995) quando este defendia que um bom método para pensar a vida deveria obedecer a, pelo menos, quatro diretrizes:

- Lidar com ambos os termos que a metafísica ou o objetivismo têm procurado separar. Assim descobrir relações entre o Ser e o Mundo, o social e o subjetivo, entre essência e aparência, tudo e nada, e não optar, de modo transcendente, por um dos extremos dessa polaridade;
- O pensamento somente se afirma como “movimento”, sendo, portanto, sempre “incompleto”, mas, nem por isso esvaziado de qualquer verdade, porém jamais também portando toda a verdade sobre as coisas;
- Pensar e agir reconhecendo o caráter contraditório inerente ao pensar e ao agir exatamente porque, a partir de deslocamentos sucessivos entre os termos desta polaridade é possível estabelecer-se alguma crítica ao modo como um dado processo se desenvolve. Pela prática se critica o saber; pelo conhecimento se critica a práxis. Ele argumentava ainda que “contradição não significa absurdo”, já que tampouco seria possível eliminar os polos destas contradições. Lefebvre sugere usar-se o contraditório para enriquecer o saber, uma vez que significaria descobrir um complemento de determinação”.
- Por último ele nega transcendência tanto à consciência do sujeito quanto ao mundo objetivo, lembrando que conhecimento e mundo são “ao mesmo tempo interior e exterior” aos sujeitos (Lefebvre, 1995).

Pensar a vida nos territórios instiga a aproximação e o vínculo com o outro. A pactuação com o diferente e a necessidade de se estabelecer uma linha tênue entre o pensado e o vivido. Esse desafio sobre a relação com o outro sem negociar identidade, faz com que a construção da identidade aconteça numa evolução contínua do pensamento sobre as partes que formam o todo. É preciso se dispor a abrir mão de valores relacionados unicamente ao ter sem abrir espaço para a percepção sobre o Ser. Trabalhar em Rede é sempre está viajando para um futuro desconhecido, mas com um caminho surpreendente para a formação de todos numa grande teia de relações vivas.

Não há como construir certezas cartesianas a respeito de qualquer prática, seja ordenada por planos, projetos ou, mesmo, por intenções conscientes. Apesar disso, há termo de comparação possível: estabelecer analogias com outras experiências transcorridas em contextos próximos ou semelhantes tem sido uma forma bastante comum para assegurar certa orientação ao sujeito. Contudo, é sempre bom lembrar que as deduções decorrentes destas analogias nunca serão mais do que meras orientações, nunca chegando a constituir-se em percursos seguros, como se fora caminhos traçados em um mapa. (CAMPOS, 2000).

A atuação in lócus compondo uma grande roda, exige abrir mão de vaidades e verdades absolutas. Contribuir para a formação crítica do usuário enriquecendo o seu protagonismo sobre as políticas sociais da Assistência social, que também é usuário da educação, da saúde, da segurança pública, é alcançar a possibilidade de redesenhar as políticas sociais continuamente aprimorando o percurso da história para mulheres, negros, homossexuais, índios, crianças e adolescentes, pessoas com deficiências, ou seja, vivenciando o princípio da equidade considerando os mais excluídos socialmente. Nessa perspectiva o poder deve ser considerado em relação a capacidade de produzir informações com valor de uso para o suprimento de necessidades diversificadas e das questões comuns ao coletivo. Ou seja: analisar o poder articulando com o saber a ser construído e com o sujeito: razão de existir do processo e ao mesmo tempo, corresponsável pelos resultados.

O resultado das práticas de assistência social, na maioria das vezes, somente indiretamente atende a necessidade social. O resultado do trabalho são produtos, em geral, com algum valor de uso presumido. Com possibilidade de preencher o desejo do público, mesmo que superficialmente. Mas, confundir valor de uso com atendimento automático de demandas sociais, é uma armadilha tecnocrática que ameaça frontalmente a formação cidadã e a reflexão crítica, fundamental para a identidade e o exercício do protagonismo.

Há evidências de que o aumento do prazer em produzir está para o reconhecimento sobre a capacidade de produção e o valor de uso desta. Quando o trabalhador da Assistência Social participa de decisões num modelo de gestão democrático e replica junto aos usuários essas práxis, há uma possibilidade maior de mobilização de paixões que não ameaça a sua capacidade de análise crítica sobre as condições concretas e as obrigações definidas para o Estado de direito, mas ao mesmo tempo, as descobertas coletivas e as incertezas futuras, fortalece os vínculos para além da formalidade gerencial trazendo o prazer de pertencer.

Finalmente, finalizando este módulo que fecha o curso de Práticas de Assistência Social e a participação dos usuários em defesa do SUAS, concluo que a Ação Social precisa ser, de fato, banida das práticas institucionais, que a Assistência é para quem dela precisa e deve ser construída com os atores principais dessa história, que o modelo de gerir deve corresponder a certeza de estarmos no caminho certo (democracia participativa) e que o protagonismo é o resultado de um processo, nessa perspectiva, o processo deve receber a importância devida para que o resultado aconteça “naturalmente”.

Este texto foi recheado de questionamentos e a maioria das respostas serão construídas no processo, no desafio das práxis e da ética. Lembro finalmente Eduardo Galeano, no Livro dos Abraços, onde ele conta a história de Diego, um menino que não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e



tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: Me ajuda a olhar! ” (GALEANO, 1991).

As práticas de assistência social precisam alcançar os usuários e contribuir para que esses possam redimensionar a importância da participação frente ao universo de dificuldades, possibilidades e ameaças que circulam nos territórios em retrocessos às conquistas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF. BRASIL, 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**; Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004; Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Um método para análise e cogestão de coletivos**: a construção do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda. São Paulo: Hucitec, 2000.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.

DAGNINO, Evelina, 2002. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SPOSATI, A. (2007). Assistência social: De ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, (10).

GALEANO, E. **O livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Tradução Manuel Cruz; revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

LEFEBVRE, H. **Lógica forma e lógica dialética**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995.

LOPES, R. E. et al. **Juventude pobre, violência e cidadania**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 63-76, 2008.

ROCHA, M. **Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina**: estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. 250 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.